

## ESPAÇOS INDUSTRIAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Miguel Angelo Campos Ribeiro  
Rio de Janeiro/ RJ – Brasil.

Este trabalho tem por preocupação maior, a identificação de espaços industriais e seus respectivos padrões numa fronteira de recursos.

A Amazônia brasileira passou por profundas transformações a partir da década de 60, tendo como um dos fatos importantes a criação da Zona Franca em Manaus (SUFRAMA) em 1967 e culminando, na década de 80, com a implantação de grandes projetos mineradores (destacando-se entre eles o Programa Grande Carajás, tendo como objetivo industrializar grande parte da Amazônia Oriental) e madeireiros.

Para a identificação dos espaços industriais, levou-se em consideração uma série de variáveis para 53 municípios selecionadas: a magnitude (tamanho) segundo o V.I.T. (Valor da Transformação Industrial) e/ou P.O. (Pessoal Ocupado), a composição do setor industrial (distribuição dos gêneros segundo uma tipologia baseada num indicador de especialização/ diversificação), intersecção (nacional/ planetária e regional/ local) e a respectiva localização.

A partir de tais variáveis, foram identificados 12 espaços industriais.

Algumas questões emergiram para explicar a organização espacial da indústria. Como tais espaços estão estruturados? Como se comportam? De que maneiras influenciam no meio ambiente? Como se produzem?

Este trabalho tem por preocupação maior a identificação de espaços industriais e seus respectivos padrões numa fronteira de recursos.

A Amazônia brasileira passou por profundas transformações a partir da década de 60, tendo como um dos fatos importantes a criação da Zona Franca em Manaus (SUFRAMA) em 1967 e culminando, na década de 80, com a implantação de grandes projetos mineradores (destacando-se entre eles o Programa Grande Carajás, tendo como objetivo industrializar grande parte de Amazônia Oriental, e madeireiros).

Os anos sessenta e, notadamente, a década seguinte, se constituem, de fato, em decisivo momento da intervenção estatal no espaço regional.

“Anterior a esse período a presença do Estado na região amazônica ocorreu de forma esporádica coincidindo, quase sempre, com os momentos de expansão da atividade extrativa, sem querer preocupação de integração Regina a dinâmica da economia nacional. Mesmo á atuação da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPEVEA) criada em 1953, como órgão responsável pelo planejamento do desenvolvimento regional, com ações previstas nos setores agrícola, industrial, de saúde, educação, colonização comunicação e energia teve seu papai limitado, basicamente, á supervisão da construção de

Belém- Brasília e ao financiamento de uma poucas indústrias locais”. (Figueiredo, 1992, p. 31).

O modelo industrial concebido para Região apoia-se fundamentalmente em dois agentes econômicos de grande poder de criação/ recriação) do espaço produtivo regional: de um lado, no Estado, representado pelas agências de desenvolvimento regional e bancos de fomento, além das meiga- empresa estatal do setor mineradora. Energético e, de outro, no setor privado, através dos grandes grupos industriais e/ou financeiros nacionais e estrangeiros, em parte sediados na região Sudeste, que em diferentes tipos de associações com o governo federal e em consonância com as estratégias preconizadas pelo PND, ale geram determinadas porções da Amazônia, para investimentos na atividade industrial.

Segundo Figueiredo (1992, p, 1) as formas de intervenção e apropriação do espaço amazônico “constitui o resultado de uma apropriação politicamente induzida de seu território, justificada pela ideologia do desenvolvimento e da integração nacional ou como solução à manutenção de estruturas de dominação em outras regiões e/ou resposta a crises econômicas gestadas pelo modelo capitalista do País, mais diretamente dos anos70”.

Para a identificação dos espaços industriais, levou-se em consideração uma série de variáveis para 53 municípios selecionadas: a magnitude (tamanho) segundo o V.T.I. (Valor da Transformação Industrial) e/ou P.O. (Pessoal Ocupado), a composição do setor industrial (distribuição do gêneros de segundo uma tipologia baseada num indicador de especialização/ diversificação), intersecção de escala espaciais de atuação (nacional/ planetária e regional/ local) e a respectiva localização (regiões, pontos, eixos).

A partir de tais variáveis, foram identificados 12 espaços industriais, a saber (mapa: 1):

1. O complexo da Zona Franca de Manaus.
2. Os Espaços pontuais das “company Towns” – Presidente Figueiredo (AM), Oriximiná (PA) e Macapá (AP).
3. A Região de Belém e a Bragantina- Belém, Ananindeu, Capanema, Castanhal, Benevides, Santa Isabel do Pará, Abaetetuba e Igarapé- Mirim.
4. A Região de Marajó e “Foros” – Afuá, Breves, Muaná no Gurupá e Portel no Pará.
5. Oeixo Carjás. São Luis – Marabá e a mina de Carajás no Pará São Luís (o porto de Ponta da Madeira e a presença da Afumar) e Acaiândia no Maranhão.
6. Núcleos isolados no eixo da Belém Brasília (BR – 153/010) – A raguaína (TO); Imperatriz (MA) e Paragominas (PA).

7. Aglomeração de Cuiabá e seu entorno- Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Bugres, Cáceres e Rondonópolis.
8. O norte de Mato Grosso e o eixo da BR-163 – Sinop e Colider.
9. O eixo da BR – 364 em território rondoniense – Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Jarú, Rolim de Moura, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.
10. O Médio Vale Amazônica e os centros tradicionais de Itacoatira (AM) e Santarém (PA).
11. Os centros tradicionais maranhenses Bacabal, Codó e Caixas.
12. Centros dispersos – Rio Branco (AC); Boa Vista (RR); Altamira, São Félix do Xingu, Xingua e Santana do Araguaia no Pará e Barra do Garça, Aripuaña e Juína no Mato Grosso.

Algumas questões emergiram para explicar a organização espacial da indústria: Como tais espaços estão estruturados? Como se comportam? De que maneira influencia no meio ambiente? Como se produzem?

Quatro considerações devem ser levadas em conta quanto ao papel da Atividade Industrial na Amazônia Legal:

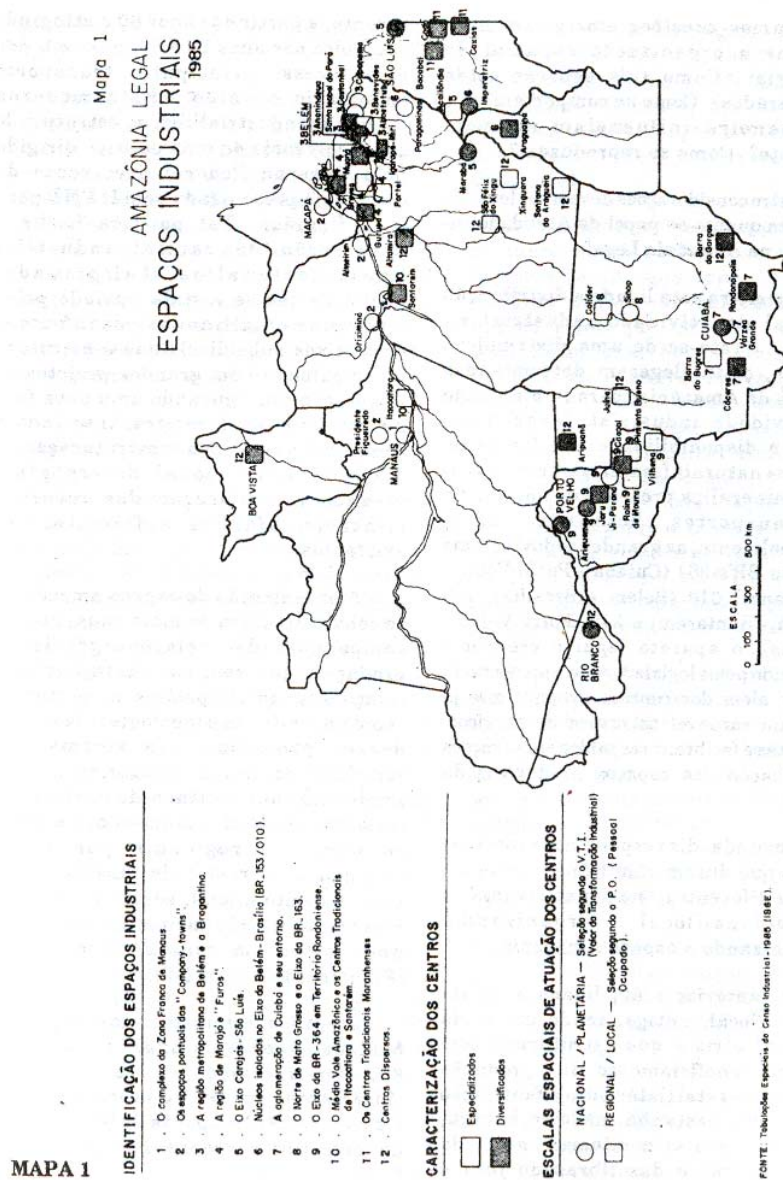
A primeira está ligada a distribuição espacial da atividade industrial na Região. Trata-se de uma distribuição seletiva, onde elegeram determinadas porções da Amazônia, para implantação da atividade industrial, levando em conta: a disponibilidade das fontes de recursos naturais (matérias-primas vegetal e mineral); a presença de nós e eixos de transportes, hoje vinculados, principalmente, as grandes rodovias, tais como as BRs-364 (Cuiabá – Porto Velho- Rio Branco) 010 (Belém – Brasília), 163 (Cuiabá - Santarém) e 319 (Porto Velho - Manaus); o aparato legal e creditício construído pelos legisladores e tecnocracia federal; além dos centros urbanos que já possuíam razoável estrutura de serviços, com vistas a facilitar e respaldar as operações de ocupação dos espaços produtivos da Região.

A segunda, diz respeito aos processos sociais que atenuam simultaneamente em escalas diferentes- nacional/ planetária e regional/local, organizando/reorganizando o espaço Amazônico.

Um anterior a 60, ligado à escala regional/local, antigo, tendo como via principal o rio e que estruturava com base no beneficiamento da produção extrativa vegetal (látex para a fabricação da borracha, castanha, madeira, babaçu, carnaúba, poaia) e mineral, além da industrialização das fibras de juta e malva.

O outro, ligado à escala nacional/planetária, tendo sua organização mais recente, a partir dos anos 60 e atingindo seu ápice nos anos 70 e 80, novo e tendo como eixo principal o transporte rodoviário e aéreo. Esta moderna atividade industrial tem se estruturado em decorrência de uma política dirigida

pele Governo Federal decorrente da estratégia preconizada pelo II PND para essa região. Tal política induz à penetração do capital induz à penetração do capital industrial (multinacional/estatal/privado/nacional) que se instala apoiado pelas múltiplas facilidades econômicas (incentivos subsídios) e que se estrutura principalmente em grandes projetos de mineração, configurando uma nova fase na expansão da fronteira, inserido a Amazônia numa reestruturação da divisão internacional do trabalho, visando à exploração dos recursos minerais, hídricos e florestais asi existentes.



“A organização do espaço amazônico se constitui, antes de mais nada, em um componente das relações gerais de produção, que são, ao mesmo tempo, relações sociais/espaciais e, portanto, também, políticas e ideologias. No curso desse processo, transformam-se e redefinem-se novas categorias sociais

implicando um contínuo de destruição/reconstrução do espaço que adquire novos recortes sob- regionais por vezes originados no rastro do insucesso do planejamento oficial, sendo a natureza reavaliada a cada momento, dentro de uma lógica em constante mutação” (Figuerido, 1992, p. 1-2).

A terceira, refere-se a emergência de Manaus, a partir do final da década de 60, com a criação da Zona Franca (SUFRAMA) em 1967 e funcionamento a partir de 1972 e a perda de importância da metrópole paraense- Belém.

Manaus comporta-se como um em clave de importação/exportação, diante da implementação da SUFRAMA, levando-a à hegemonia no setor secundário, frente aos demais centros da Amazônia.

Pelos dados do Censo Econômico Industrial- 1985 (IBGE). Manaus ocupava a 9 posição em V.T.I. no País entre os 500 maiores municípios industriais e a 1 na Região, enquanto Belém detinha a 50 e a 2 posições, respectivamente. Manaus possui uma características sui generis como produtora de componentes eletrônicos, em plena selva equatorial e absorvedora de expressivo contingente de mão-de-obra, ligada direta o indiretamente alquile setor.

Em decorrência desta situação, altera-se drasticamente o tempo e os espaços regionais, mudando conseqüentemente o padrão de comercialização da produção, pois, se por um lado Manaus entende seus vínculos como o Centro-Sul país, onde mais de 70.0% de movimento das mercadorias é garantido pelo transporte aeroviário e complementando através dos eixos rodoviários federais – BR’s – 319 e 364, por outro, Belém restringe sua hinterlândia pela própria Região (através do rio Amazonas e afluentes) e parte do Nordeste Ocidental (pela malha rodoviária existente e complementada pelo transporte de cabotagem) aumentando seus vínculos com São Luís no Maranhão.

A quarta consideração preocupa-se com a política que vem se desenvolvendo na Amazônia Legal para sua ocupação. Tal política tornou-se problemática, em virtude de provocar a degradação acelerada do meio ambiente, gerando um alto grau de preocupação na sociedade.

De modo geral, os grandes projetos mineradores, em decorrência de suas tecnologias implantadas hoje, sofrem controle, não comprometendo de todo o meio ambiente, mas, em contrapartida para implementação dos mesmos, teve-se que buscar a geração de energia elétrica, carente na Região, através da construção de grandes usinas hidrelétricas como as de Balbina, no Amazonas, Samuel, em Rondônia e Tucurí, no Pará, que geraram sérios problemas de comprometimento ambiental.

Outro fator que vem comprometendo o meio ambiente refere-se aos desmatamentos que tem sido um dos maiores problemas enfrentados pela Região, sendo que em 53.8% da produção nacional de madeira nativa, enquanto no período 90/91 foram desmatados 11 130 Km desse espaço, sem mencionar a atividade garimpeiras, difundida dos danos irreparáveis sobre a floresta e sua rede hidrográfica, além de provocar inúmeros conflitos de ordem

social e cultural e desmantalar a economia regional, até então estruturada em base extrativa.

O que podemos preliminarmente responder, quanto à atividade industrial na Amazônia Legal é que, enquanto novos espaços industriais são delineados para o futuro, outros, antigos, permanecem estagnados ou desaparecem e alguns revitalizam-se.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. ALMEDA, Maria Theresa Bessa de & TEFAN, Elvia Roque, indústria. In: Geografia do Brasil; Região Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1977. P 395-423.
2. ALMEIDA, Roberto Schmidt & RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Os sistemas de transporte na Região Norte: evolução e reorganização das redes. Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro; IBGE, 51, (2): 38-98, Abr/jun 1989.
3. BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo, Atica, 1990. 112 p (série princípios).
4. BECKER, Bertha K. Grandes projetos e produção de espaço transnacional; uma nova estratégia do Estado na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 51 (4):7-20, out/dez 1989.
5. BECKER, Olga Maria Schild. Contribuição ao estudo da dimensão sócio-econômica na análise ambiental: uma experiência na Amazônia Ocidental Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 52 (3): 99-120, jul/set, 1990.
6. BRASILIENSE, Ronaldo. O Brasil Abre o Jogo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 de junho 1991 Caderno Ecologia, p. 1.
7. BRASILIENSE, Ronaldo. Desmatamento arrasa matas do Pará. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2 dez. 1991. Caderno de Ecologia, p. 1.
8. CAESTELLO BRANCO, Maria Luíza G. Indústria. In: Geografia do Brasil. Região Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1989. P. 235-253.
9. CONDURU JUNIOR, Renato Pinheiro. Como cresceu o Pará nos últimos 15 anos. Pará Desenvolvimento. Belém, IDESP, (26): 25-32, jan/jun, 1990.
10. CORREA, Roberto Lobato A. A. periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro IBGE, 49(3):39-68, jul/set 1987.
11. FIGUEIREDO, Adma Hamamde As Formas de Intervenção Pública na Apropriação e Uso do Espaço Amazônico, DEGEO, IBGE, Rio de Janeiro, 38p, micrografado (inédito), 1992.

12. FONSECA, Francisco F. Assis. Siderurgia a carvão vegetal em Varajás: problemas e perspectivas. Pará Desenvolvimento. Belém, IDESP, (26): 58-60, JAN/JUN 1990.
13. GARRIDO FILHA, Irene, et. alii. A mineração da bauxita no Vale do Trombetas. Estudo de meio ambiente e uso do solo. Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 31 (3): 41-82, jul/set. 1990.
14. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: historia e perspectivas. Reflexões sobre a questão. Pará Desenvolvimento. Belém, IDESP. (26): 3-24, jan/jun. 1990.
15. MACHADO, Lia Osório. A Fronteira Agrícola da Amazônia Brasileira. Departamento de geografia U.F.R.J. Rio de Janeiro, 10 set 1991 (mimeografado).
16. OLIVEIRA, A riovaldo. Umbelino de Amazônia: Monopólio Expropriação e Conflitos. Campaninas, Papirus, 1987. 133. P.
17. RAMOS, Carlos Romano & SILVA Alberto Rogério da Uma visão da Macroeconomia paraense para os anos 90. Pará Desenvolvimento. Belém, IDEPS, (26): 65-83, jan/jun. 1990.
18. ROSA, Teresa Cativo el alii, Perspectiva da economia industrial. Pará Desenvolvimento. Belém, IDESP, (26): 106-124, jan/jun 1990.
19. RIBEIRO, Miguel Angeles C. & ALMEIDA, Roberto Scmidt de Análise da Organização Espacial da Indústria Nordestina através de uma Tipologia de Centros Industriais. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 53 (2) no prelo.
20. \_\_\_\_\_. Considerações sobre a Organização Industrial da Amazônia. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Geografia, Inédito.
21. VALVERDE, Orlando. A devastação da floresta amazônica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 52 (3): 11-24, JUL/SET. 1990.